

aprova  
concursos

# TJ-PI

## ANALISTA - AUDITOR

Tribunal de Justiça  
do Estado do Piauí



Editais **verticalizados**



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e análise de textos de diferentes gêneros textuais.

Linguagem verbal e não verbal.

Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto. Significados contextuais das expressões linguísticas.

Organização do texto: Fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade).

Progressão temática.

Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal.

Tipos de argumento.

Funcionalidade e características dos gêneros textuais oficiais: ofício, memorando, e-mail, carta comercial, aviso etc.

Uso dos pronomes.

Pontuação.

Características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico etc.).

Organização da frase: Processos de coordenação e de subordinação.

Verbos que constituem predicado e verbos que não constituem predicado.

Tempos e modos verbais.

Concordância verbal e nominal.

Regência dos nomes e dos verbos.

Constituição e funcionalidade do sujeito.

Classes de palavras.

Formação das palavras.

Composição, derivação.

Ortografia oficial.

Fonemas.

Acentuação gráfica.





Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica.

Variação entre modalidades da língua (fala e escrita).

Norma e uso.

## LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí (Lei Complementar Estadual nº 13, de 03 de janeiro de 1994 e suas alterações).

Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí (Lei Complementar Estadual nº 230/2017).

Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (Resolução nº 02 de 12 de novembro 1987 e suas alterações).

Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí (Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 e suas alterações).

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### CONTABILIDADE GERAL

Patrimônio: componentes patrimoniais: ativo, passivo e patrimônio líquido.

Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais.

Contas patrimoniais e de resultado.

Sistema de contas e plano de contas.

Regime de competência e regime de caixa.

Método das partidas dobradas. Escrituração de operações típicas.

Apuração de resultados; critérios de controle de estoques (PEPS, UEPS e custo médio ponderado).

Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP): conceito, objeto, objetivos, campo de aplicação e limitações da CASP; aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da CASP; princípios da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Procedimentos contábeis patrimoniais: patrimônio público: conceito e classificação jurídica e contábil; variações patrimoniais; mensuração de ativos e passivos; ativo imobilizado e ativo intangível; reavaliação, redução ao valor recuperável,





depreciação, amortização e exaustão; transações sem contraprestação; provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Inventário: conceito, princípios, fases e avaliação dos elementos patrimoniais;

Plano de Contas Aplicado Ao Setor Público (PCASP): conceito, diretrizes, sistema contábil, registro contábil, composição do patrimônio público, conta contábil, estrutura básica;

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: balanço orçamentário; balanço financeiro; balanço patrimonial; demonstração das variações patrimoniais; demonstração dos fluxos de caixa; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstrativos fiscais: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF); prestação de contas nas entidades públicas;

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT – SP);

Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e atualizações;

Lei nº 4.320/1964; Portaria STN nº 553/2014: Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), 6ª edição; administração orçamentária e financeira: conceitos e princípios orçamentários; classificações orçamentárias: conceitos, estágios e classificações da despesa e da receita públicas; ciclo orçamentário: sistema e processo orçamentário; elaboração da proposta orçamentária; mecanismos de planejamento orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual); mecanismos retificadores do orçamento (créditos adicionais); execução orçamentária e financeira; controle e avaliação da execução orçamentária.

Portaria STN nº 700/2014: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários, 6ª edição.

Dívida ativa.

Regime de adiantamento (suprimento de fundos). Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Dívida pública. Descentralização de créditos. Decreto nº 93.872/1986.

Licitações – Lei nº 14.133/2021: objetivos, objeto, princípios, modalidades, condições e critérios para habilitação e julgamento, tipos de licitação e sanções.

Auditoria e controle na Administração Pública: auditoria: finalidades, objetivo, formas, tipos, conceitos relevantes, obrigatoriedade, legislação aplicável, independência,





competência profissional, responsabilidade social, âmbito do trabalho e execução do trabalho.

Normas de auditoria: relativas à execução dos trabalhos, relativas à opinião do auditor, relativas aos relatórios e pareceres.

Normas brasileiras e internacionais para o exercício da auditoria interna: independência, competência profissional, âmbito do trabalho, execução do trabalho, tipos de pareceres e administração do órgão de auditoria interna.

Técnicas e procedimentos de auditoria: planejamento dos trabalhos, programas de auditoria, papéis de trabalho, testes de auditoria, amostragem estatística em auditoria, eventos e transações subsequentes, revisão analítica, entrevista, conferência de cálculo, confirmação, interpretação das informações, observação. Procedimentos de auditoria em áreas específicas das demonstrações contábeis.

Controle da Administração Pública: controle interno e controle externo; conceito; abrangência.

Sistema de controle externo. Controle externo no Brasil.

Controles externo e interno na Constituição da República Federativa do Brasil.

A Constituição e o controle externo: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade; Lei nº 8.429/1992, Decreto-Lei nº 201/1967.



## CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente que oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



**BONS ESTUDOS!**



**0800 727 6282**

[www.aprovaconcursos.com.br](http://www.aprovaconcursos.com.br)

